

uma conciliação nacional sejam anistiados uns e marginalizados outros. E mais: perguntamos a todos, e a nós mesmos, o número de mortos e de desaparecidos e não se sabe ainda. No entanto, este não é o momento em que se devam reascender divergências. E nem mesmo perguntar — por mais evidente que seja a resposta — quem atirou a primeira pedra.

É o momento vital de falar, de gritar, em nome dos mais elementares princípios de respeito humano, aos sentimentos cristãos:

Chega de rancores!
Chega de ódios!
Faz!

Anistia ampla, geral e irrestrita."

Assinam o documento Regina Duarte, Antônio Fagundes, Glória Menezes, Tony Ramos, Guarneri, Nicete Bruno, Moacir Franco, Tônia Carrero, Fernanda Montenegro, Bruna Lombardi e mais 700 artistas brasileiros.

O Sr. Gerson Camata — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. GERSON CAMATA (ARENA — ES. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a honrada Oposição, dentro do direito que lhe assiste, volta ao plenário com o seu chavão da semana. Diante de tanta repetição, é necessário que se diga, mais uma vez, que o projeto de anistia que o Governo encaminhou ao Congresso Nacional é muito mais amplo que o primeiro, elaborado pelo próprio Movimento Democrático Brasileiro.

Apenas por ser Oposição, e para divergir do Governo, o MDB prepara um substitutivo a esse projeto, substitutivo que pretende seja mais amplo do que a iniciativa governamental, e bem mais amplo do que aquela que originariamente a Oposição encaminhou à Casa. Avançou alguns passos, seguindo a posição que o Governo tomou, de uma anistia mais ampla do que aquela que o partido oposicionista oferecia ao País. Entretanto, é necessário que se diga e se proponha à meditação dos brasileiros que uma pesquisa de opinião pública realizada nas principais cidades brasileiras, por órgãos da imprensa nacional, demonstra a expressiva maioria da opinião pública contrária à concessão da anistia aqueles que cometeram os chamados crimes de sangue. Que se analise o trabalho divulgado também na imprensa nacional sobre o tratamento que a legislação de vários países democráticos dá aos crimes contra a vida e ao terrorismo, bem mais rígido que o da própria legislação brasileira. Que se medite principalmente sobre a narrativa, que se ouviu há poucos dias, do jornalista brasileiro que trazia ao nosso conhecimento a revolta da opinião pública da capital espanhola, no domingo passado, sacudida por uma onda de atentados de terrorismo que matava 4 inocentes e feria 94 trabalhadores que, numa manhã de domingo, cometiam o "crime" de visitar parentes nas estações ferroviárias de Madrid. Ainda no jornal de hoje lemos, de forma candente, a opinião do Primeiro Ministro do Governo espanhol, Adolfo Suarez, que sem poder escapar à armadilha quase solerte para levá-lo a pronunciar-se sobre a anistia brasileira, dizia que a anistia ampla — e a Espanha tem treino e prática nisso era uma trampa, uma armadilha, porque os terroristas anistiados lá estão a colocar bombas, a sacudir e a banhar de sangue seu país.

O projeto do Executivo timbra pela responsabilidade do Governo brasileiro para com a comunidade. Objetiva, realmente, pacificar a família brasileira, porque abre, através de diferentes meios, a possibilidade de sua ampliação. Mas o Governo tem que dar os seus passos pisando firme, porque os dá em nome da imensa maioria do povo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — Nos termos do inciso IV do art. 10 do Regimento Interno, concedo a palavra ao Sr. Fernando Lyra, indicado pelo Líder do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. FERNANDO LYRA (MDB — PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente Srs. Deputados, cheguei a esta Casa em 1971. Se vivemos hoje a época da ditadura relativa, quando aqui cheguei havíamos saído — e as seqüelas eram ainda muito grandes — da ditadura absoluta que varreu o País com a violência, a tortura, a morte, os banimentos.

Em 1971 iniciávamos, nesta tribuna, a grande luta do povo brasileiro — e nesta hora recordo a figura do nosso grande Líder daquele momento o saudoso Deputado Pedroso Horta, que comandava, na Liderança do MDB, uma luta pelos direitos humanos, que, para a maioria desta Casa, naquela época, era uma luta inconseqüente, uma luta inglória, uma luta daqueles que não têm o que fazer.

Ontem, nesta Casa, eu revi D. Eunice Paiva, hoje advogada, lutando ainda para que o Governo mande dizer à sua família onde se encontra a figura corajosa de patriota do ex-Deputado Rubens Paiva. E, quando revi D. Eunice, embora entendendo seu sofrimento de tantos e tantos anos, invadiu-me um sentimento de gratificação. Gratificação pela luta indormida da Oposição, que hoje vê o Governo dobrar-se à manifestação do povo brasileiro, a dizer: "Queremos liberdade com anistia ampla, irrestrita, uma anistia capaz de pacificar a família brasileira." Conquista nossa, conquista do povo brasileiro; anistia ampla, geral e irrestrita haverá de ser a bandeira maior deste País, para que, depois, juntamente com aqueles que se incorporaram novamente à sociedade brasileira, recomece a luta pela extinção da legislação de exceção, para culminar com um novo pacto social capaz de pacificar este País, que é, sem dúvida alguma, a Assembléia Nacional Constituinte. (Muito bem!)

Pois bem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, venho a esta Casa, hoje, gratificado, em parte, por sentir que a luta da Oposição — aquela luta que era de uns poucos em favor da maioria — transforma-se, hora a hora, na luta do povo brasileiro, que não suporta mais o obscurantismo, que não suporta mais ver companheiros seus dentro das prisões por crimes, como ouvi há pouco, da Liderança da ARENA, cognominados de sangue, numa mistificação que faz com que a Liderança da Maioria abuse da inteligência dos outros, ao invocar aqui a figura maior da Espanha de hoje, Adolfo Suarez, afirmando que o Primeiro Ministro espanhol diz que não adianta dar anistia a terroristas, porque eles voltam a fazer terrorismo. Que distorção nas palavras de S. Ex.^a, que mistificação! Quando daquele grande gesto de pacificação nacional espanhol, através da anistia ampla, geral e irrestrita decretada pelo Congresso espanhol, eu fui testemunha ocular — quando lá, naquela hora, anistiavam-se todos os punidos e todos aqueles que tinham sido direta ou indiretamente punidos pelo regime franquista — naquela hora, aí sim, as forças democráticas, depois da anistia ampla, geral e irrestrita, reuniram-se e proclamaram: "A partir de agora, com a implantação do regime pleno democrático, aí sim, atos dessa natureza serão crimes comuns". E diziam os componentes do Parlamento espanhol: "Mas hoje nós estamos anistiando todos aqueles que optaram pela luta armada contra a ditadura franquista, sanguinária, violenta e inconseqüente", e aqui nós vamos anistiar não terroristas. O Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional que analisa o projeto de anistia já definiu cristalina e já proclamou que no Brasil não existem terroristas presos, mas sim presos políticos. E o que a ARENA vem dizer, nesta Casa, hoje? Que não adianta anistiar porque eles repetirão os mesmos gestos. Pergunto aos entendidos em Direito Penal, nesta Casa, que seria da Justiça se toda a vez em que fosse julgado inocente pelo Tribunal do Júri o preso voltasse a cometer o mesmo crime? No mundo, ninguém mais seria absolvido, porque repetiria o crime.

O Sr. Octacílio Queiroz — Nobre Deputado, creio que já é tempo de desmistificar essa exploração relativa à nobre República da Espanha e ao Brasil. É evidente, como V. Ex.^a já expôs, que houve, na verdade, uma luta tremenda contra a ditadura de Franco na Espanha, mas, ao lado disso, existe, realmente, uma luta crônica, que data de 150 anos, na Península Ibérica, precisamente na Espanha, que é a luta do povo basco, que fala língua diversa do Espanhol, que tem salários maiores do que os dos espanhóis. É uma luta secular de redenção e não se compara, absolutamente, com o aspecto episódico da luta que aqui houve. Quando a ARENA, muitas vezes, levanta sua voz para comparar esses dois aspectos, parece até que, com essa mistificação, está-se procurando fazer uma política de vingança de banqueiros, àquele tempo, porque, na verdade, não houve, no Brasil, esse terrorismo crônico a luta da República do povo basco — pelos bascos assim reconhecida — não tem semelhança com a questão episódica do povo brasileiro. Há a necessidade urgente de desmistificar esta exploração e de mostrar que aquela luta do povo basco tem seus aspectos patrióticos, seus aspectos regionais, parecendo com as lutas que já existiram aqui no Brasil à época dos holandeses, por exemplo, quando a guerrilha era constante contra o domínio alienígena. Desmistifiquemos essa mentira, esse engodo, para a nobreza deste Parlamento e para a expressão legítima da verdade que deve aqui repousar perante nós, os representantes do povo brasileiro. Aqui, houve apenas um episódio de jovens brasileiros, muitas vezes açoitados pela repressão brutal e sanguinária, em legítima defesa contra as torturas ocorridas, talvez superior até aos tempos passados da inquisição, em que torturadores, com a implantação de métodos os mais violentos e sanguinários, mancharam a nossa história com este repositório vil de massacre e destruição de jovens idealistas brasileiros, muitas vezes inspirados pela figura extraordinária de Che Guevara.

O Sr. Cantídio Sampaio — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. FERNANDO LYRA — Em seguida concederei.

Nobre Deputado Octacílio Queiroz, agradeço o aparte a V. Ex.^a, que inclusive o ilustra com fatos históricos, narrando e invocando